

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Religião, conflitos e questão de secularização

**RELIGIÃO E LAICIDADE NA POLÍTICA MINEIRA:
o envolvimento de denominações evangélicas nas eleições de
Belo Horizonte-MG**

Vítor Corrêa Aleixo
Universidade Federal de Minas Gerais

RELIGIÃO E LAICIDADE NA POLÍTICA MINEIRA: o envolvimento de denominações evangélicas nas eleições de Belo Horizonte-MG

Vítor Corrêa Aleixo¹

Resumo: Esta pesquisa se propõe a investigar o envolvimento de denominações evangélicas nas eleições de Belo Horizonte-MG. A delimitação amostral se orientou pelas igrejas com expressivo protagonismo na política local e considerável número de candidatos eleitos a partir do processo de redemocratização, com destaque aos quadrangulares, batistas e iurdianos. Sendo assim, foram analisadas as consonâncias dos resultados das urnas com três dimensões eclesiais: i) número de adeptos na capital mineira; ii) modelo de governo eclesiástico episcopal ou congregacional; iii) identidade doutrinária e seus reflexos na organização política. Em primeiro lugar, demonstra-se que o número de adeptos não explica isoladamente o sucesso eleitoral, embora represente um recurso estratégico na angariação de votos. Segundo, o modelo de governo eclesiástico concerne a uma crucial dimensão elucidativa, visto que denominações episcopais se mostraram mais eficientes na corrida eleitoral do que congregacionais, indicando que o grau de centralização ou autonomia eclesiástica influi nos variados perfis de organização política. Enfim, discute-se em que medida a identidade doutrinária modula os posicionamentos eclesiais frente ao ideário laico, as estratégias concorrenciais e as técnicas de “proselitismo eleitoral” acionadas na arena político-religiosa.

Palavras-chave: Laicidade. Eleições em Belo Horizonte. Denominações evangélicas. Modelo de governo eclesiástico. Identidade doutrinária.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFMG. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. Agência de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: <vcaleixo@gmail.com>.

Introdução

Esta pesquisa oferece uma análise descritiva da participação de representantes evangélicos, lideranças pastorais e adeptos, nas corridas eleitorais dirigidas à Câmara Municipal de Belo Horizonte, para isso, são investigadas as alianças político-religiosas entre candidatos aos diferentes níveis da política mineira, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e à Câmara dos Deputados. Desse modo, foram selecionadas igrejas evangélicas proeminentes na arena política mineira, desde o desmantelamento da ditadura militar e subsequente processo de redemocratização, devido ao destacado protagonismo político e significativo número de candidatos eleitos a cargos dos poderes municipal, estadual e federal. Portanto, a delimitação amostral abarcou denominações de três distintos matizes doutrinários e perfis eclesiais, uma denominação evangélica de missão², composta por protestantes históricos e renovados, a Igreja Evangélica Batista, uma denominação pentecostal, pioneira do pentecostalismo de cura divina, a Igreja do Evangelho Quadrangular, e uma denominação neopentecostal, marcada por um intenso envolvimento na política nacional, a Igreja Universal do Reino de Deus. Com o intuito de identificar os principais atores político-religiosos e de mapear as parcerias partidárias e denominacionais no decorrer das últimas décadas, este estudo comparativo oferece alguns subsídios aos recentes debates na sociologia da religião sobre as consonâncias e dissonâncias entre a atuação política de representantes religiosos e o ideário laico que alicerça o Estado republicano brasileiro.

Conforme Antônio Flávio Pierucci, “desde seus mais remotos inícios, nos anos 1950, a sociologia da religião praticada no Brasil tem sido uma *sociologia do catolicismo em declínio*”, sendo que “mesmo os estudos sociológicos sobre religiões não católicas [...] estarão fazendo sempre – pelo avesso – uma sociologia do declínio do catolicismo” (2012, p.93). Similarmente, investigar a participação de outras confissões religiosas no espaço público e na esfera política nacional, inevitavelmente, demanda que o enfoque analítico atente ao posto de religião oficial e monopolista ocupado pelo catolicismo nos

² Empregada pelos Censos Demográficos (IBGE), essa tipologia distingue as religiões “evangélicas de missão” das “evangélicas de origem pentecostal”. A primeira abarca protestantes históricas e renovadas, ao passo que a segunda compreende pentecostais clássicas, deuteropentecostais e neopentecostais (MARIANO, 2010).

períodos colonial e imperial, e à progressiva destituição de sua posição privilegiada de religião de Estado, a partir do final do século XIX. Com a Proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, o processo de secularização jurídico-política guiado por princípios liberais, positivistas e anticlericais, ao estabelecer o direito à liberdade religiosa e a separação dos poderes eclesiástico e estatal, contribuiria com o *disestablishment* da Igreja Católica. É válido enfatizar que a Magna Carta republicana apresenta uma decisiva alteração quanto à defesa constitucional da liberdade de culto e crença, firmando no Art. 72, § 3º que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. O que se soma à determinação legal que corrobora a crescente diferenciação das esferas religiosa e política, conforme expresso no Art.72, § 7º: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados”. Apesar das novas bases constitucionais, as restrições aos grupos minoritários se deslocariam para seu reconhecimento como religiões legítimas, ou seja, seus perfis associativos seriam escrutinados de acordo com o paradigma doutrinário e institucional da Igreja Católica. Com efeito, candomblecistas, umbandistas, kardecistas e pentecostais permaneceriam sem proteção legal, sendo coagidas pela força policial e criminalizadas sob a acusação de curandeirismo, feitiçaria, magia e sortilégios, ao passo que o tradicional catolicismo conservaria certas prerrogativas políticas e laços colaborativos com o nascente governo republicano (GIUMBELLI, 2008, p.81-85; PIERUCCI, 2008, p.14). Afinal, concordante ao diagnóstico de Paul Freston sobre a liberdade religiosa em meados do século XX, “a ocupação do espaço público para fins religiosos era coisa da Igreja Católica, com sua famigerada aliança com os poderes temporais. Para a seita, o espaço público era lugar de perigo” (1994, p.119).

Em suas investigações acerca das relações entre religião e esfera pública nas sociedades modernas, José Casanova oferece uma detida revisão crítica das principais abordagens sociológicas dirigidas à secularização, com efeito, demonstra que haveria três diferentes proposições contidas neste conceito: i) secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; ii) como privatização da religião; iii) e como diferenciação das esferas seculares (estado, economia, ciência) em relação às instituições e normas

religiosas (2006, p.07). Com base na perspectiva teórica das “múltiplas modernidades” de Shmuel Eisenstadt e na genealogia da religião de Talal Asad, o autor se opõe às abordagens sociológicas que concebem a secularização como um processo linear, um fato consumado ou um destino inelutável das civilizações ocidentais. Argumenta que ao examinar, através do método histórico comparativo, a validade dessas três proposições, seria possível identificar, nos três sentidos conceituais, distintos e múltiplos processos de secularização que variariam conforme as contingências socioculturais e políticas das sociedades modernas (Ibid., p.08-14). No que tange às singularidades da secularização no Brasil, Ricardo Mariano avalia que as dinâmicas modernizantes nacionais figuraram uma “laicidade à brasileira”, sendo que “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política” (2011, p.254). Sendo assim, tendo como substrato tais aportes teóricos e descritivos dedicados ao panorama religioso e político nacional, esse estudo comparativo se propõe a investigar as especificidades da atuação de lideranças religiosas na política local, particularmente, o envolvimento nas corridas eleitorais belo-horizontinas de proeminentes denominações evangélicas, mas sem negligenciar o perfil participativo e as relações colaborativas de representantes católicos.

1 As políticas católicas tradicional e carismática

Conforme os Censos Demográficos de 2000 e 2010, pode-se identificar que em Belo Horizonte mais da metade da população se autodeclara católica, o que representa certa persistência de uma herança tradicional, arraigada no interior de Minas Gerais e reforçada por migrantes intraestaduais e oriundos de outros estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, nos últimos decênios, nota-se um considerável decréscimo no percentual de filiados ao catolicismo na capital mineira, enquanto no ano 2000 foram contabilizados quase 70% do total da população belo-horizontina, no censo seguinte pouco menos de 60% dos residentes se autodeclararam católicos, uma perda em números absolutos próxima de 120 mil adeptos. Embora em ritmo menos acelerado do que em outros grandes centros urbanos brasileiros, os processos de pluralização do mercado religioso e de desmonopolização católica avançam na capital mineira e, até

mesmo, no interior do estado, comprometendo sua reconhecida e tradicional posição de “bastião do catolicismo brasileiro” (ANTONIAZZI, 2004). No Censo 2000, Minas Gerais contava com cerca de 80% da população vinculada ao catolicismo, já em 2010 foram registrados pouco mais de 70%, uma queda que em números absolutos correspondeu à saída de 280 mil adeptos. Não obstante as recentes baixas do catolicismo mineiro em escala municipal e estadual, é válido ressaltar que durante este mesmo período foram propagadas iniciativas eclesiais e leigas associadas à Renovação Carismática Católica, que se consolidaram no competitivo mercado religioso local como alternativas religiosas estratégicas diante das igrejas protestantes e pentecostais, além de estabelecerem um modelo proselitista eficiente na atração de novos adeptos vindos de outras religiões ou, ainda, no fortalecimento dos laços de pertença de católicos praticantes e na atualização dos vínculos de católicos não praticantes. Esta última dimensão relativa à reafiliação ou “conversão de dentro” concerniria à terceira modalidade da figura do convertido tratada por Danièle Hervieu-Léger, representada por “aquele que redescobre uma identidade religiosa que permanecera até então formal, ou vivida *a minima*, de maneira puramente conformista” (2008, p.111-112).

Com isso, tais reconfigurações institucionais e adaptações doutrinárias teriam reflexos na participação de representantes católicos na política mineira, favorecendo a permanência de alianças antigas entre o poder público e a Igreja Católica, mas também o surgimento de candidatos que acionam, explícita e pragmaticamente, a identificação com a Renovação Carismática Católica com fins eleitorais. Um dos mais proeminentes exemplos é do médico veterinário, pós-graduado em Poder Legislativo, apresentador e cantor belo-horizontino, Eros Biondini, atual presidente estadual do Partido Republicano da Ordem Social em Minas Gerais (PROS-MG). Eleito deputado estadual no mandato 2007-2011 e deputado federal por dois mandatos consecutivos, 2011-2015 e 2015-2019, concorreu nas últimas eleições municipais à prefeitura de Belo Horizonte, porém, perdeu no 1º turno com menos de 4% dos votos válidos. No final dos anos 1990, Eros Biondini se tornou conhecido no circuito carismático católico através de shows e álbuns lançados com a banda Nova Aliança e, posteriormente, em carreira solo. Dentre suas atividades religiosas, midiáticas e assistenciais desenvolvidas na capital mineira, cabe salientar a fundação da comunidade carismática Missão Novo Mundo em 2005 e sua

ampliação com a Arena Novo Mundo em 2011, acolhendo mais de dois mil membros, o projeto social “Mundo Novo Sem Drogas”, as parcerias com centros de recuperação de dependentes químicos, o cargo de presidência da Comunidade Canção Nova de Belo Horizonte em 2008, os esforços para retornar a transmissão da TV Canção Nova Minas na Região Metropolitana de Belo Horizonte também em 2008 e a apresentação por este mesmo canal televisivo do Programa Mais Brasil³.

Entretanto, nota-se que o renome alcançado no circuito carismático católico por Eros Biondini e sua ampla influência no cenário político mineiro, não se refere a práticas e estratégias políticas comumente empregadas pela Igreja Católica em Belo Horizonte, mas sim a um caso excepcional resultante de sua trajetória biográfica, carisma pessoal, carreira musical e projetos religiosos e assistenciais. Assim como em outras regiões do país, a forma de atuação de representantes católicos na política mineira tende a ocorrer indiretamente, não através da candidatura de membros da hierarquia eclesiástica ou de investimento institucional para eleger algum adepto. Mostram-se mais frequentes outros mecanismos de intervenção e intercâmbio com o poder estatal, como o apoio mútuo em campanhas assistenciais, negociações sobre temas pontuais, concordatas, participação em eventos religiosos e cívicos, dentre outros meios tradicionais com profundas raízes sócio-históricas – que remontam ao período colonial e imperial, à condição privilegiada de religião oficial e monopolista e aos laços políticos colaborativos que se difundem nos marcos do Estado republicano e laico (GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2006, 2009).

2 Batistas históricos e renovados na arena político-religiosa

Apesar da posição majoritária do catolicismo no mercado religioso mineiro, as denominações evangélicas continuaram se expandindo entre os anos de 2000 e 2010, totalizando no último censo 25% da população belo-horizontina e 20% dos residentes em Minas Gerais, percentuais próximos da média nacional de 22%, e que indicam uma

³ Dados referentes à carreira política de Eros Biondini foram consultados nos endereços eletrônicos da Câmara dos Deputados (<<http://www2.camara.leg.br/>>) e do Partido Republicano da Ordem Social (<<http://www.pros.org.br/>>). Já as informações relativas à trajetória biográfica e aos projetos religiosos, midiáticos e sociais foram pesquisadas nos websites de Eros Biondini (<<http://www.erosbiondini.com/>>), da Missão Novo Mundo (<<http://www.missaomundonovo.com.br/>>) e da Comunidade Canção Nova (<<https://www.cancaonova.com/>>). Acesso em: 27 jan. 2017.

das potenciais direções seguidas pelos apóstatas católicos. Ademais, no multifacetado espectro doutrinário e institucional pelo qual se distribuem as identidades evangélicas, encontra-se na capital mineira um considerável “pluralismo cristão”, com representantes protestantes históricas e renovadas, pentecostais clássicas e de cura divina, até as mais recentes e controversas manifestações neopentecostais. Dentre as denominações cristãs que compõem o espectro religioso local, destaca-se a Igreja Evangélica Batista por sua longevidade e por apresentar, seja comparada às evangélicas de missão ou de origem pentecostal, a maior membresia evangélica do município. As igrejas batistas, divididas entre protestantes tradicionais e pentecostalizadas, contam com a filiação de 5,5% da população residente e quase 22% dos autodeclarados evangélicos, sendo que, entre os dois últimos levantamentos censitários, passou por um aumento de quase 17 mil membros. Uma distribuição percentual distinta do panorama religioso nacional, em que a Assembleia de Deus desponta como a maior religião evangélica, com mais de 12 milhões de seguidores, enquanto que a Igreja Evangélica Batista aparece na segunda posição, com 3,7 milhões de adeptos.

Presente na capital mineira meses antes de sua fundação em 12 de dezembro de 1897, a primeira igreja batista belo-horizontina foi organizada por dois jovens casais estadunidenses em fevereiro do mesmo ano. Cabe frisar que os missionários William Buck Bagby, Anne Luther Bagby, Zachary Clay Taylor e Kate Stevens Taylor, junto ao ex-padre brasileiro Antônio Teixeira de Albuquerque, foram os pioneiros da Obra Batista Missionária em 1882, responsável por disseminar a nova doutrina por diversas regiões do país, tendo alcançado em 1900 mais de dez capitais, além de cidades do interior da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas (TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p.20-24). Em decorrência desse expressivo avanço do protestantismo de conversão, vinte e cinco anos após a fundação da primeira igreja pela Obra Batista Missionária em Salvador, com 83 igrejas e mais de quatro mil membros espalhados pelo país, foi criada a Convenção Batista Brasileira em 1907, responsável pelo planejamento institucional, preservação doutrinária, cooperação intereclesial, difusão midiática, incentivo à educação teológica e realização de missões

nacionais e transnacionais. Atualmente, essa organização religiosa é formada por cerca de sete mil igrejas e se apresenta como a maior convenção batista da América Latina⁴.

Além da longevidade e pioneirismo da denominação batista em Belo Horizonte, a cidade foi palco de um decisivo evento na história das igrejas batistas renovadas, a fundação da Convenção Batista Nacional em 1967. Entre os decênios de 1950 e 1960, nota-se um profuso avivamento em igrejas protestantes históricas de matriz metodista, presbiteriana e batista, difundido por missionários e televangelistas norte-americanos nas Américas, Europa e África (CAMPOS, 2011). Nessa época a Sexta Igreja Batista de Belo Horizonte (atual Igreja Batista da Lagoinha) contava com duas figuras carismáticas de destacado sucesso evangelístico, o Pr. José Rego do Nascimento e a Miss. Rosalee Mills Appleby. Antes de aportar na capital mineira, o Pr. Nascimento havia realizado um bem-sucedido proselitismo no Rio de Janeiro e Vitória da Conquista. No final dos anos 1950, alcança ampla visibilidade por meio de suas polêmicas publicações reavivalistas no centenário “O Jornal Batista” (1901), e da grande audiência do programa radiofônico “Renovação Espiritual”, com primeira transmissão em 1958 (TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p.53-55). Por sua vez, a evangelista norte-americana Rosalee Appleby, chega em 1924 a Belo Horizonte acompanhada de seu marido David Appleby, que falece alguns meses depois. Durante mais de três décadas se dedicou a missões no Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, enfatizando a centralidade do “batismo no espírito”⁵ para a renovação do protestantismo batista e demais vertentes cristãs (Ibid., p.48-51). Com o intuito de conter a efervescência reavivalista protagonizada pelo Pr. Nascimento e Miss. Appleby, e sua rápida disseminação por várias igrejas, em 1965, a Convenção Batista Brasileira exclui de seu quadro 52 igrejas “pentecostalizadas”, sob a acusação de desvirtuamento dos princípios doutrinários batistas decorrente da incorporação da

⁴ Dados históricos e institucionais disponíveis no endereço eletrônico da Convenção Batista Brasileira: <<http://www.batistas.com/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

⁵ Entre as denominações pentecostais e protestantes renovadas se identifica dois sentidos concernentes ao batismo. O primeiro, chamado de “batismo nas águas”, simboliza a conversão (regeneração) do adepto e se realiza através de rituais de imersão – presente no catolicismo tradicional e protestantismo histórico. Já o segundo, conhecido como “batismo no espírito”, ocorreria por meio do contato direto com o Espírito do Santo e seria acompanhado por experiências glossolálicas (dom de línguas) – encontra-se no catolicismo carismático, no protestantismo renovado e nas diferentes vertentes do pentecostalismo. O primeiro sentido é compartilhado por batistas históricos e renovados, devido à centralidade doutrinária do princípio da regeneração, contudo, a incorporação do segundo tipo, de matriz pentecostal, apresenta-se como uma das principais motivações para as dissidências entre batistas históricos e renovados.

prédica pentecostal (Ibid., p.156-157). Em contrapartida, o Pr. Nascimento aliado a outros líderes religiosos não reconhecidos pelos batistas tradicionais, dois anos depois, fundam a Convenção Batista Nacional (1967) – inicialmente composta por 21 igrejas batistas renovadas, hoje abrange mais de 2,5 mil igrejas em mais de 20 países⁶.

Esse panorama histórico e religioso da denominação batista permite elucidar o perfil participativo de seus líderes pastorais e adeptos na política belo-horizontina, visto que as igrejas renovadas demonstram uma maior atuação política e no espaço público, reflexo da maior acomodação ao mundo secular, abertura às dinâmicas modernizantes, investimentos em proselitismo midiático, abrandamento do rigorismo moral e abandono do arranjo associativo sectário. Em 1982, na última eleição realizada durante a ditadura militar, foram eleitos dois membros de igrejas vinculadas à Convenção Batista Nacional, ambos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Para vereador, foi eleito o médico e empresário Roberto Vital Ferreira, formado no Colégio Batista Mineiro, ocupou a presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte entre 1985 e 1986, mas encerrou o mandato em 1987 ao se eleger deputado federal (1987-1991). Na eleição de 1990 não se reelege para a Câmara dos Deputados, posteriormente, tenta retornar ao legislativo municipal, mas perde as eleições de 1993 e 1996. Para deputado estadual durante o mandato de 1983 a 1987, elegeu-se o advogado e empresário Paulo Marcos Almada, que concorreria na eleição seguinte ao posto de deputado federal, alcançando a 3ª suplência, vindo a assumir o cargo entre 1987 e 1988 como deputado constituinte (FREESTON, 1993). O fracasso eleitoral dos dois membros batistas, no início da década de 1990, pode ser explicado pela ausência de um apoio institucional coeso e direto às candidaturas de líderes leigos, corroborado por seu modelo congregacional de governo eclesiástico, marcado pela descentralização administrativa e autonomia eclesial, que se soma a uma identidade doutrinária que, mesmo pentecostalizada e mais acomodada ao mundo secular, mantém-se afastada da arena política.

Já nas eleições municipais de 1992, foram eleitos vereadores dois candidatos vinculados à Igreja Batista Central de Belo Horizonte, reconhecida como um tradicional ícone do protestantismo batista histórico, associada à Convenção Batista Brasileira, foi

⁶ Informações consultadas no site da Convenção Batista Nacional: < <http://www.cbn.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

fundada na capital mineira de 1961. Primeiramente, destaca-se o político, administrador e militante Alberto Carlos Duarte (Betinho Duarte), coordenador geral do Movimento de Solidariedade a Henfil, Betinho e Chico Mário no final dos anos 1980, em defesa dos portadores de HIV contraído em transfusão de sangue, ativista em diversas campanhas assistenciais e coordenador do Projeto Solidariedade, em parceria com igrejas católicas e evangélicas, dedicado ao acolhimento de crianças de rua, sendo que em 1991 instala o primeiro núcleo do projeto na Igreja Batista Central. Filiado na época ao Partido dos Trabalhadores (PT), Betinho Duarte foi eleito vereador por três mandatos consecutivos, 1993-1996, 1997-2000 e 2001-2004, perde o pleito em 2008 como candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas permanece atuando na política mineira e campanhas assistenciais. Outra figura política que despontou nas eleições de 1992, foi João Leite da Silva Neto, ex-jogador de futebol, membro da Igreja Batista Central e fundador do ministério Atletas de Cristo em 1979. Interrompe seu mandato como vereador em razão da candidatura para deputado estadual em 1994, sendo que desde então tem ocupado o cargo, totalizando seis mandatos ininterruptos. É relevante salientar que nas eleições municipais de 2016, João Leite concorreu à prefeitura de Belo Horizonte pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), perdendo no 2º turno com 47% dos votos válidos. Apesar do bem-sucedido protagonismo político desses dois candidatos, observa-se que suas trajetórias ascendentes não resultam, diretamente, do investimento institucional de batistas históricos ou da Convenção Batista Brasileira, mas sim dos carismas pessoais e das trajetórias biográficas caracterizadas por iniciativas assistenciais e evangelísticas. Portanto, compreende-se que os dois candidatos seriam exemplos excepcionais dentre os batistas históricos em Belo Horizonte, sendo notada nas últimas décadas a presença predominante de candidatos batistas renovados.

No final dos anos 1990, candidata-se para deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST), Lincoln Portela, presidente da Igreja Batista Solidária desde 1992. Fundada no ano de 1959 em um terreno doado pela Miss. Rosalee Appleby, a Igreja Batista Solidária compõe a Convenção Batista Nacional desde seus primórdios, e conta com considerável visibilidade no mercado religioso local, principalmente, entre batistas renovados. Pastor, conferencista, radialista e apresentador de TV, Lincoln Portela está na Câmara dos Deputados por cinco mandatos consecutivos, com passagem por vários

partidos políticos, nas eleições de 2014 concorreu pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Apoiado em sua longa trajetória política e religiosa, Lincoln Portela lançou para deputado estadual seu filho, Léo Portela, advogado, administrador e pastor da Igreja Batista Solidária, que foi eleito para o mandato de 2015-2019. Em seguida, nas eleições municipais de 2016 em Belo Horizonte, lançou para o cargo de vereadora sua esposa, Marilda Portela, professora, comunicadora e conferencista, também eleita pelo PRB.

A partir dos anos 2000, mobilizadas pela crescente atuação batista na política municipal, estadual e federal, mas também de denominações evangélicas concorrentes, como a Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, novas candidaturas surgem em outras igrejas batistas renovadas, evidenciando a progressiva aproximação eclesial com os poderes temporais, mundanos e seculares. Nesse período a Igreja Batista da Lagoinha, berço do processo de pentecostalização batista na capital mineira, lança a candidatura de seu pastor, Vanderlei Miranda, à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Empresário e apresentador do programa Noite & Cia pela Rede Super de Televisão⁷, Vanderlei Miranda foi eleito vereador nas eleições de 2004 pelo PSB, mas se afastou do cargo para tomar posse como deputado estadual pelo PMDB, sendo que atualmente soma três mandatos consecutivos na Assembleia de Minas, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019. Daí em diante, a igreja ampliou sua participação na política mineira, contando com o apoio do vereador Pr. Elvis Cortês, batizado em 1999 na Igreja Batista da Lagoinha e consagrado pastor em 2013 na Primeira Igreja Batista do Bairro Milionários – eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) nos últimos dois mandatos, 2013-2016 e 2017-2020. E nas eleições de 2016, apoiou a candidatura de outro pastor de seu quadro eclesiástico, Fernando Borja, empresário, advogado e apresentador do programa Geração José, também pela Rede Super de Televisão, sendo eleito vereador pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB).

⁷ Em 2002, a Rede Super de Televisão foi comprada pela Igreja Batista da Lagoinha, fundada em 1957 e presidida pelo Pr. Márcio Valadão desde 1968. A rede se tornou um veículo estratégico ao evangelismo midiático, marketing institucional e produção fonográfica da igreja, com destaque ao ministério Diante do Trono, liderado pela cantora gospel Ana Paula Valadão. Atualmente, sua cobertura alcança 16 estados e 225 municípios brasileiros, a região sul dos Estados Unidos, além de contar com o site da emissora e um aplicativo para transmissões ao vivo de sua programação. Tais informações podem ser encontradas nos endereços eletrônicos da Igreja Batista da Lagoinha (<<http://www.lagoinha.com/>>) e da Rede Super de Televisão (<<http://redesuper.com.br/>>). Acesso em: 15 abr. 2017.

Ademais, vale ressaltar exemplos de outros vereadores que possuem vínculos com igrejas batistas em Belo Horizonte, mas que não exercem atividades eclesiásticas. Por exemplo, o jornalista e narrador esportivo da Rádio Itatiaia, Alberto Rodrigues Lima, conhecido como “O Vibrante”, cujo filho é pastor auxiliar da Igreja Batista Getsêmani⁸, eleito nos mandatos de 2005-2008 e 2009-2012 pelo Partido Liberal (PL) e, entre 2010 e 2011, foi Secretário de Estado de Esportes e da Juventude no governo Aécio Neves. O membro da Igreja Batista de Venda Nova, João Oscar de Souza Costa, que cumpriu o mandato de vereador entre 2009-2012, pelo Partido Republicano Progressista (PRP), conhecido pela autoria do controverso projeto de lei que autorizava a venda de trechos de vias públicas à Igreja Batista da Lagoinha, que pretendia ampliar seu atual templo com lotação máxima de 7 mil pessoas para comportar cerca de 30 mil. Aprovado em 2º turno com 23 votos favoráveis dos 41 vereadores, foi suspenso por decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em setembro de 2012⁹. Nas eleições seguintes, João Oscar tentou se eleger vereador e deputado estadual, mesmo transitando por várias filiações partidárias, conseguiu somente a suplência como vereador em 2012 e 2016. Enfim, a Câmara Municipal de Belo Horizonte conta, ainda, com dois membros batistas, o árbitro e profissional de educação física, Juliano Lopes pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC), e o empresário e dono de restaurante, Juninho Los Hermanos pelo PSDB, ambos com dois mandatos consecutivos, 2013-2016 e 2017-2020.

Sendo assim, ao se considerar o significativo crescimento, ao longo das últimas décadas, do número de pastores e membros batistas eleitos a cargos de vereadores, deputados estaduais e federais, depreende-se que essa gradual e estratégica mudança do perfil participativo na política mineira se deve, por um lado, à maior concorrência no mercado religioso local e aos investimentos diretos das igrejas batistas renovadas em candidaturas próprias, promovendo membros leigos e pastores oriundos de seu corpo eclesiástico. Por outro lado, essa reconfiguração se deve à instrumentalização eleitoral por parte dos candidatos e das lideranças religiosas de uma “identidade cristã genérica” (MARIZ; GRACINO JR., 2013), permitindo assim que a angariação de votos ultrapasse

⁸ Fundada em meados da década de 1970, com o apoio da Igreja Batista da Lagoinha, a Igreja Batista Getsêmani é presidida pelo Pr. Jorge Linhares desde 1981.

⁹ Detalhes da tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal de Belo Horizonte podem ser consultados em reportagens do jornal Estado de Minas: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/09/27/interna_politica,319906/venda-de-ruas-a-igreja-e-suspensa-na-capital.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2017.

os limites institucionais das congregações, que permeie as fronteiras doutrinárias entre batistas históricos e renovados e, até mesmo, que atraia eleitores pertencentes a outras denominações evangélicas. Aliás, conforme o Censo Demográfico de 2010, cerca de 7% da população belo-horizontina, isto é, mais de 165 mil pessoas foram classificadas como evangélicos não determinados, com efeito, representam um potencial eleitorado, visto que partilham de uma identificação genérica com religiões evangélicas, mas não apresentam uma estrita fidelização doutrinária nem vínculos institucionais exclusivistas, transitando, frequente e autonomamente, por diferentes igrejas do “circuito evangélico” (FERNANDES et al., 1998, p.71; MARIANO, 2013, p.127).

3 Protagonismo político de quadrangulares e iurdianos

Por sua vez, a Igreja do Evangelho Quadrangular, detentora da segunda maior membresia evangélica da capital mineira e a maior entre as denominações evangélicas de origem pentecostal, manteve seu número de adeptos relativamente estável nos dois últimos levantamentos censitários – em torno de 66 mil filiados –, abrangendo cerca de 11% dos respondentes que se autodeclararam evangélicos. Ao passo que em escala nacional sua membresia apresentou um incremento de 500 mil seguidores entre 2000 e 2010, conservando seu posto de quinta maior religião evangélica. Fundada em 1923, com a inauguração do Angelus Temple em Los Angeles, pela missionária canadense Aimee Semple McPherson, a *International Church of Foursquare Gospel*, atualmente, está presente em 147 países, com mais de 8,6 milhões de seguidores e quase 75 mil templos e locais de encontro¹⁰. A primeira Igreja do Evangelho Quadrangular foi criada no Brasil em 1951, no município paulista São João da Boa Vista, pelo missionário norte-americano Harold Williams, enviado no ano de 1946 pela sede denominacional. No dia 1º de março de 1953, em um templo cedido pela Igreja Presbiteriana Independente do Cambuci, na cidade de São Paulo, inaugura-se a Cruzada Nacional de Evangelização, ícone do “pentecostalismo das tendas de lona”, liderada pelos missionários e ex-atores de filmes de faroeste, Harold Williams e Raymond Boatright (ROSA, 1977, p.15-19).

¹⁰ As estatísticas globais da *Foursquare Church*, baseadas no levantamento institucional de 2015, estão disponíveis no endereço eletrônico: < <https://www.foursquare.org/about/stats>>. Acesso em: 27 maio 2017.

No transcorrer das décadas de 1950 e 1960, a campanha evangelística alcança um expressivo sucesso conversionista, atraindo para seu quadro de missionários várias lideranças de outras denominações e propagando sua prédica pentecostal por diversos estados brasileiros, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Em decorrência dessa rápida e pervasiva expansão da Cruzada Nacional de Evangelização, que já se encontrava em municípios do interior de Minas Gerais, seria fundada a primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Belo Horizonte em 1972, pelo então missionário Mário de Oliveira, que chega à capital mineira acompanhado por seu irmão, Antônio Genaro, responsável pela criação, em 1973, da primeira igreja quadrangular de Contagem. Desse modo, Mário de Oliveira, conhecido como “menino-prodígio da evangelização”, iniciou seu proselitismo por meio de um programa diário na Rádio Itatiaia, o “Visita ao seu lar”, com duração de apenas dez minutos, mas que em dois meses se tornou líder de audiência, o que levou a emissora a lhe conceder mais dez minutos para a veiculação de um novo programa, o “Cadeia da prece”. Seu investimento em evangelismo midiático, somado a seu carisma pessoal, pregações eloquentes, louvores emocionados e rituais performáticos de cura divina e libertação espiritual, mostrou-se efetivo na atração de novos membros, sendo que em poucos meses os cultos no pequeno galpão, alugado no bairro Carlos Prates, receberiam mais de duas mil pessoas (ROSA, 1977, p.237-239).

Em consonância com certos traços de sua identidade doutrinária e institucional, que remontam às missões da irmã Aimee em seu período fundacional, marcados pela acomodação às dinâmicas modernizantes, incorporação de veículos midiáticos, diálogo interdenominacional e liberalidade dos usos e costumes, identifica-se entre os líderes quadrangulares brasileiros um maior envolvimento na esfera política (FREESTON, 1993; MARIANO, 2010). Um caso exemplar é do Pr. Jayme Paliarin que, após abandonar a igreja metodista, torna-se missionário da Cruzada Nacional de Evangelização em 1954, elegendo-se vereador no município paulista de Bauru, por dois mandatos consecutivos (1965-1969 e 1969-1973), e deputado constituinte pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dessa maneira, o político paulista Pr. Jayme Paliarin obteve grande notoriedade em sua denominação, atuando no cargo de secretário executivo do Conselho Nacional

de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular nos períodos de 1976-1988, 1992-1993 e 1996-2000.

No entanto, o mais destacado prodígio político entre os líderes quadrangulares, foi o Rev. Mário de Oliveira, que mesmo sem o apoio do presidente nacional da igreja, o Rev. Dr. George Russell Faulkner, candidatou-se a deputado federal pelo PMDB, nas eleições de 1982 – uma década após sua chegada em Belo Horizonte. Desde então, o pastor venceu todos os pleitos que concorreu para a Câmara dos Deputados, exceto no mandato de 2003 a 2007, quando foi assessor especial no governo estadual de Aécio Neves. Paralelamente a sua portentosa trajetória política e proselitista, em 1996, o Rev. Mário de Oliveira foi eleito à presidência nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, sendo que atualmente cumpre seu sexto mandato ininterrupto. Em 2013, pressionado pela abertura do inquérito no Supremo Tribunal Federal, com acusações de desvio de recursos públicos, sonegação fiscal, formação de quadrilha, corrupção de testemunhas, falsidade ideológica e assassinio encomendado, o presidente quadrangular renuncia ao cargo de deputado federal¹¹. Contudo, a lacuna no legislativo federal foi imediatamente preenchida com posse de seu suplente e sobrinho, o Pr. Stefano Aguiar, e que também foi assessor especial do governo Aécio Neves entre 2005 e 2010, sendo eleito para a Câmara dos Deputados em 2014 pelo PSB. A carreira política e religiosa do Rev. Mário de Oliveira também está atrelada a de seu irmão, o Rev. Antônio Genaro, que começa sua atuação na política mineira na corrida eleitoral de 1982, elegendendo-se vereador em Belo Horizonte e deputado federal, entre 1987 e 2015, por sete mandatos consecutivos (MACHADO, 2015). Seguindo os passos do irmão, nas eleições de 2014, o Rev. Antônio Genaro não concorreu à Assembleia de Minas, apoiando a candidatura oficial para deputado estadual de seu filho, Pr. Leandro Genaro, apresentador do programa “À luz da palavra” pela Rádio 107,5 FM¹², eleito pelo PSB.

¹¹ Informações disponíveis no portal de notícias do Estado de Minas: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/07/17/interna_politica,424001/renuncia-de-deputado-atrasa-inquerito-da-policia-federal.shtm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

¹² Atualmente, a Rádio 107,5 FM, conhecida como a “Rádio do Povo de Deus”, é administrada pela Igreja do Evangelho Quadrangular Templo dos Anjos, localizada no bairro Barroca em Belo Horizonte, tendo como pastores titulares Jerônimo Onofre da Silveira e seu filho Germano Aguiar da Silveira. Ao longo de quase duas décadas, a emissora representa um instrumento fundamental ao proselitismo quadrangular, com cobertura em mais de 120 municípios mineiros, possui também o site e o aplicativo que permitem sua transmissão online. Informações disponíveis no site da emissora: <<http://radio107fm.com/plus/>>. Acesso em: 27 maio 2017.

Quanto à participação de representantes quadrangulares na Câmara Municipal de Belo Horizonte, além do já citado pioneiro Rev. Antônio Genaro, destacam-se outros três vereadores, o Pr. Henrique Braga (PSDB), atual presidente da Câmara, que tomou posse pela primeira vez em 1989, estando hoje em seu oitavo mandato consecutivo, o advogado Carlos Willian, eleito para o mandato 2001-2004 pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), mas que renuncia nas eleições em 2003 para deputado federal, e o Pr. Autair Gomes, que venceu as eleições de 2004 e se encontra no quarto mandato, atuando hoje como líder de bancada do Partido Social Cristão (PSC). Ao se analisar os últimos decênios de protagonismo quadrangular na política mineira, evidencia-se que o modelo de governo eclesiástico episcopal, caracterizado pela centralização doutrinária e administrativa, concentrou, sobremaneira, o poder decisório na figura do presidente nacional e de seus familiares – corroborando a avaliação de Paul Freston, expresso há mais de vinte anos, de que Mário de Oliveira dirige a Quadrangular mineira como um “feudo pessoal” (1993, p.204). Ao passo que o planejamento institucional e a promoção direta de candidatos oficiais conferiram estabilidade às trajetórias políticas e eficácia ao “proselitismo eleitoral”. Afinal, diferente do descentralizado congregacionalismo batista, com suas candidaturas autônomas, indiretas e descontínuas, a episcopal quadrangular alcançou um rápido avanço nos poderes temporais, mundanos e seculares.

Já a Igreja Universal do Reino de Deus, apesar de seu considerável decréscimo entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, uma perda de mais de 13 mil adeptos, permanece com a quarta maior membresia evangélica de Belo Horizonte, isto é, 4,6% do total de autodeclarados evangélicos. É válido ressaltar que, no mesmo período, um retraimento de quase 230 mil membros foi observado em âmbito nacional, totalizando um pouco mais de 1,8 milhão de filiados iurdianos. Sua institucionalização na capital carioca ocorre em 1977, dois anos após a ruptura de Edir Macedo com a Igreja de Nova Vida, fundada pelo Bispo Robert McAlister em 1960, conhecida como a precursora do neopentecostalismo, televangelismo, Confissão Positiva e Teologia da Prosperidade no campo religioso brasileiro (MARIANO, 2010, p.55). Aporta na capital mineira em 1982, porém, só inicia sua participação na política nacional nas eleições de 1986, elegendo um deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte e, nas eleições de 1990, três deputados federais e seis deputados estaduais (ORO, 2003, p.53). Entretanto, até

a corrida eleitoral de 1998, a Igreja Universal do Reino de Deus concentrou sua atuação política no Rio de Janeiro, dirigindo-se a Minas Gerais com o lançamento oficial de duas candidaturas para a Assembleia de Minas. Do radialista, teólogo e pastor George Hilton (PST), reeleito deputado estadual e que está no terceiro mandato de deputado federal pelo PSB – foi Ministro do Esporte entre 2015 e 2016. E do radialista, jornalista e advogado João Paulo Gomes da Silva (PSD), eleito deputado estadual de 1999 a 2003 e deputado federal de 2003 a 2007, mas que não consegue a reeleição.

No ano 2000, direcionou seu apoio denominacional ao Pr. Carlos Henrique, que permaneceu como vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte por três mandatos consecutivos, até concorrer para deputado estadual nas eleições de 2010, estando hoje em seu segundo mandato na Assembleia de Minas pelo PRB. Já em 2002, desponta como deputado estadual, o radialista, cientista social e teólogo, Bispo Gilberto Abramo, atual presidente do PRB em Minas Gerais, e que se encontra em seu quarto mandato. Nas eleições de 2004, a Igreja Universal elegeu outro vereador na capital mineira, o Bispo Ricardo Chambarelle, reeleito no mandato seguinte pelo PRB. Enfim, usando de estratégias políticas similares às quadrangulares, no pleito de 2012, quando o Bispo Ricardo Chambarelle se afasta e o Pr. Carlos Henrique deixa o cargo de vereador para ser empossado como deputado estadual, com vistas a preencher as recentes lacunas no legislativo municipal, a denominação demonstra a eficácia de seu arranjo episcopal, lançando dois novos pastores oriundos de seu quadro eclesiástico, o Pr. João Santos (PRB) e o Bispo Fernando Luiz (PSB), ambos reeleitos em 2016. Missionário em vários países da América Latina e atuante em campanhas de combate ao uso de drogas, o Bispo Fernando Luiz foi o vereador mais votado em 2012 e o quinto em 2016.

Considerações finais

Com o intuito de compreender o envolvimento de denominações evangélicas na política mineira, desde o início do processo de redemocratização até a atualidade, esse estudo comparativo atentou às trajetórias políticas e religiosas de candidatos vinculados a três proeminentes denominações evangélicas de Belo Horizonte: Igreja Evangélica Batista, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus. Para

isso, foram investigadas as consonâncias dos resultados das urnas com três dimensões eclesiais: i) número de adeptos na capital mineira; ii) modelo de governo eclesiástico episcopal ou congregacional; iii) identidade doutrinária e seus reflexos na organização política. Dessa forma, demonstrou-se que memórias mais numerosas não asseguram uma maior representatividade política, embora representem um estratégico recurso nas corridas eleitorais. Além disso, o modelo de governo eclesiástico se revelou como uma dimensão fundamental para se entender a estabilidade das carreiras políticas e eficácia do “proselitismo eleitoral”, evidenciando que o arranjo episcopal ou congregacional influi nos diferentes perfis de organização política. Enfim, ao percorrer mais de três décadas de participação evangélica na arena político-religiosa local, essa pesquisa comparativa buscou oferecer alguns subsídios elucidativos acerca das singularidades históricas e socioculturais de uma “laicidade à mineira”.

Referências

ANTONIAZZI, Alberto. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo: Paulus, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Pentecostalismo e protestantismo “histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilações e mudanças. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.09, n.22, p.504-533, jul./set. 2011.

CASANOVA, José. Rethinking Secularization: A Global Comparative Perspective. *The Hedgehog Review*, v.08, n.01-02, p.07-22, Spring/Summer 2006.

FERNANDES, Rubem Cesar et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. Parte II, p.67-159.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. 303f. Tese (doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.28, n.02, p.80-101, 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.35, n.02, p.45-72, jul./dez. 2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v.11, n.02, p.238-258, maio/ago. 2011.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n.24, p.119-137, jul./dez. 2013.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARIZ, Cecília; GRACINO JR., Paulo. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 08, p.161-174.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.74, p.47-65, mar. 2006.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v.13, n.01, p.07-16, maio 2009.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.08, n.53, p.53-69, out./2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.20, n.02, p.09-16, nov. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do censo 2010. *Anuac*, v. I, n.02, p.87-96, nov. 2012.

ROSA, Júlio de Oliveira. *O Evangelho Quadrangular no Brasil: fundação e expansão da Cruzada Nacional de Evangelização*. Belo Horizonte: Editora Betânia S/C, 1977.

TOGNINI, Enéas; ALMEIDA, Silas Leite de. *História dos Batistas Nacionais*. Brasília: LERBAN, 2007.